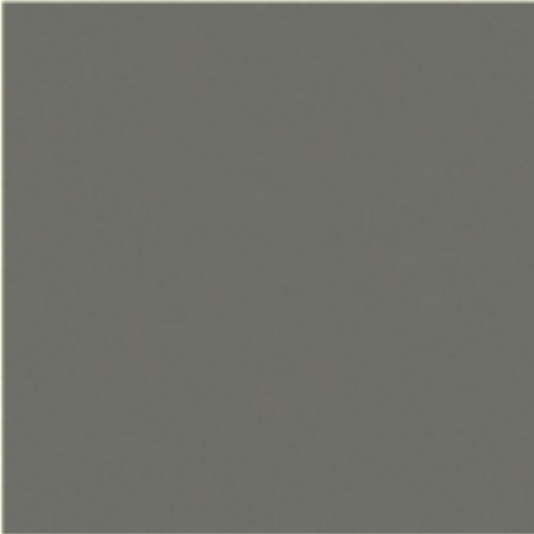


EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NO
ARQUIVO PÚBLICO DO

Por: LIZIANE UNGARETTI



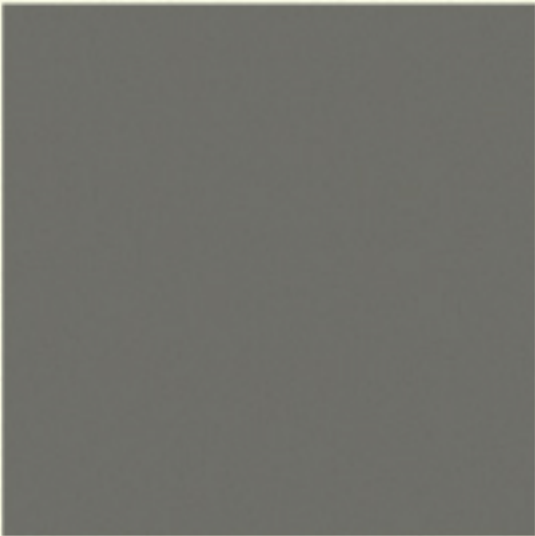
digite aqui

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia é o resultado de um trabalho realizado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação a Distância Especialização Lato-sensu em Gestão em Arquivos, promovida por convênio entre Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os princípios democráticos de livre acesso à informação pública em arquivos, sua conseqüente transparência administrativa e a participação dos cidadãos inseriram a Arquivologia contemporânea em um cenário de mudanças de paradigmas. Os arquivos públicos já não são locais que tem como função principal apenas a guarda de documentação das instituições pelas quais estão ligados. No entanto, percebe-se ainda um abismo entre as funções dos arquivos administrativos e dos arquivos históricos. Parece que os arquivos que servem à administração pública esqueceram que também servem aos cidadãos (sejam estes interessados em testemunhos probatórios de seus direitos, pesquisadores ou mesmo aqueles em busca de cultura). Como afirma Bellotto (2004), a distância entre a administração e a história, no que concerne aos documentos, é apenas uma questão de tempo.

Deve-se ter em mente que os arquivos também são agentes



digite aqui

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Patrimonial é um “[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA, 1999 apud INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL, 2011).

Para entender este processo, alguns conceitos como identidade, memória, cidadania e bem cultural necessitam ser trabalhados levando-se em conta a fonte primária, ou seja, o Patrimônio Cultural.

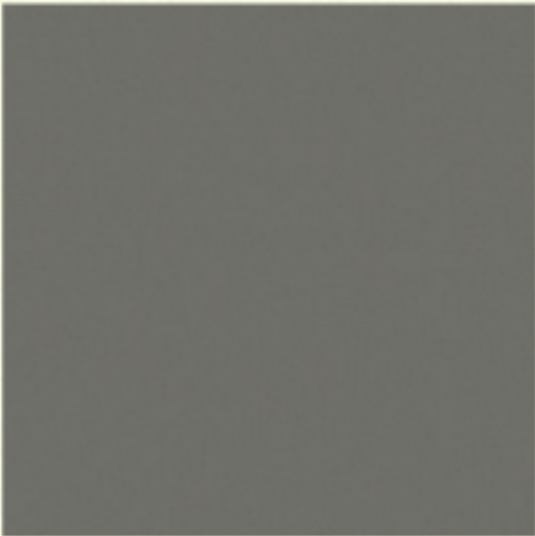
3.1 Memória: a identidade do cidadão

Segundo Marilena Chauí (1997, p.128), a “[...] memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança.” A memória não se resume a um registro cerebral, puramente biológico. Além deste registro, ela engloba valores afetivos, sentimentais, valorativos e perceptivos próprios da lembrança. Tem-se também o fenômeno do esquecimento: porque se tem dificuldade de recordar algumas coisas e facilidade de lembrar outras?

Desta forma, ao reter conhecimentos e informações e excluir outros – ao lembrar ou esquecer – forma-se a identidade do indivíduo. Para Marcel Proust (19?? apud CHAÚÍ, 1997, p. 125) “[...] a memória é a garantia de nossa própria identidade, o podermos dizer ‘eu’ reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos.” Portanto, a memória não está apenas na dimensão pessoal e introspectiva do sujeito, mas também na dimensão coletiva e objetiva, gravada sob a forma de documentos e monumentos, relatos da História de uma sociedade.

Os filósofos identificaram seis grandes tipos de memórias:

- a) memória perceptiva: reconhecimento de objetos, pessoas e lugares;
- b) memória-hábito: repetição de ações ou palavras para repetição



digite aqui

c) memória-fluxo-de-duração-pessoal: a lembrança das coisas importantes para o sujeito;

d) memória social ou histórica: é uma memória objetiva quando uma sociedade recorda, registra, documenta, preserva e constrói, através de objetos externos;

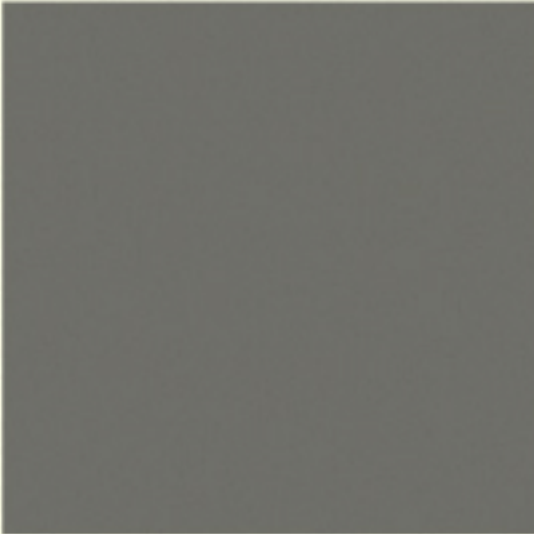
e) memória biológica: gravada no código genético;

f) memória artificial dos computadores.

A memória social é representada, no Patrimônio Cultural de uma nação, povo ou cultura, através de um “[...] conjunto de bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter perene” (MACHADO, 2004, p.10).

Pode-se entender a identidade cultural através do processo da memória, quando Marilena Chauí (1997, p.118) afirma que esta

[...] revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo).



digite aqui

A identidade também pode ser entendida como consciência, na qual o “Eu, pessoa, cidadão e sujeito constituem a consciência como subjetividade ativa, sede da razão e do pensamento, capaz de identidade consigo mesma, virtude, direitos e verdade” (CHAUI, 1997, p. 119). Neste sentido, conforme um ponto de vista político, a capacidade de consciência é própria dos cidadãos. Ser cidadão é participar de relações sociais, como portador de direitos e deveres, numa relação com a esfera pública do poder e das leis. Ser cidadão também evoca o indivíduo como membro de uma classe social onde atua como portador e defensor de interesses específicos do grupo ao qual pertence, em relação com o poder e as leis do Estado.

A identidade cultural engloba o sentimento de pertencer a um grupo que compartilha tradições, histórias, memórias; realça semelhanças entre indivíduo e grupo e permite que estes aceitem as diferenças com outros grupos, a partir do entendimento, da compreensão e do conhecimento.

No campo do Patrimônio Cultural, Maria Beatriz Pinheiro Machado (2004) afirma que o processo de identificação do cidadão deve resgatar referências do